

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL  
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS  
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 19ª Reunião Ordinária - 09/02/2018 – 9-13 h

Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios PCJ – Americana - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AFOCAPI / COPLACANA	Ricardo Dias Pacheco (T)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
CETESB	Maurício Magossi (S)
Cooperativa de HOLAMBRA	Petrus Weel (S)
DAE S/A Jundiá	Maria Carolina H. D. Simões (T)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira (T)
INEVAT	Cláudia Grabher (S)
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi (S)
PM de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
PM Cordeirópolis	Fábio Luiz Cassiano (S)
PUC–Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)

Membros Ausentes COM justificativa	
Entidade	Representante
CATI	Henrique Bellinaso (T)
Cooperativas de Holambra / HC2	Geraldo G. J. Eysink (T)
IAC - APTA	Isabella Clerici de Maria (T)
SANASA (CT-EA)	Ana Lúcia F. R. Vieira (R)

Membros Ausentes SEM justificativa	
Entidade	Representante
CIS - Itu	Reginaldo Pereira dos Santos (S)
IAC - APTA	Rinaldo de Oliveira Calheiros (T)
PM de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (S)
Rotary Club de São Pedro	José F. Campos Ricardo (S)
SANASA	Natália F. Colasanti Perlette (S)
SR Itu	Alexandra M. Vetroni Martins (T)
SR Mogi Mirim	Enéas Rodrigues (S)
Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa (S)
UNICAMP	André Munhoz de Argollo Ferrão (T)

Convidados	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Leonardo L. Baumgratz Maria Eugênia Martins Marina Peres Barbosa
CATI - Nova Odessa	André L. Xavier M. Barreto
Consórcio PCJ	Guilherme A. Valarini
PM de Limeira	Raquel Schimidt

SANASA	Amanda Alves Lima
Convidada Voluntária	Helena B. Freire

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

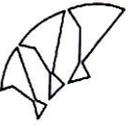
**1. Pauta:** A pauta, a convocação da reunião e os documentos anexos foram enviados antecipadamente por mensagem eletrônica para apreciação e sugestões de todos os membros.

**2. Abertura da 19ª Reunião Ordinária, Recepção e Coffee-break (item 1 da pauta):** O coffee-break não foi servido no início da reunião como é costume pela ausência da empresa contratada para essa atividade. Como alternativa os servidores da Agência PCJ, Leonardo, Maria Eugênia e Marina tomaram as providências necessárias para aquisição rápida de alguns itens para serem consumidos pelos presentes, bem como coube ao Consórcio PCJ, nosso anfitrião, providenciar café e água. Será repassado à Secretaria Executiva os problemas ocorridos e as sanções necessárias a empresa responsável. A abertura da reunião foi realizada às 9:40 h pelo Sr. João Baraldi (SR de Rio Claro), coordenador do GT-Mananciais, que agradeceu a presença dos membros do GT e solicitou que todos os presentes fizessem uma rápida apresentação.

**3. Secretaria – Aprovação da minuta da Ata anterior (18ª Reunião Ordinária) e Informes Gerais (item 2 da pauta):** A minuta da ata da 18ª Reunião Ordinária foi apresentada pelo secretário João Demarchi (IZ/APTA/SAA), sendo aprovada pelos presentes, restando apenas a Sra. Cláudia fazer um pequeno ajuste na sua fala sobre APRM, em especial da Bacia do Bom Jardim. Passado a todos os presentes uma cópia impressa da Revista Digital criada pela Agência de Bacias PCJ para utilização no Fórum Mundial da Água (zero papel). Novamente foi comentado sobre a efetividade da participação de todos os membros indicados para o GT-Mananciais, especialmente para o ano de 2018, onde além das atividades rotineiras e de atualização da política, especialmente para detalhamento dos programas III (APRM), IV (Biomata Atlântica e Cerrados) e a possível criação do Programa V de Monitoramento, haverá o lançamento do Edital 2018, que exigirá a realização de workshops e avaliação dos projetos inscritos, portanto, será necessário o esforço e a dedicação de todos em prol do coletivo, seja na plenária do GT ou nas atividades dos subgrupos ou grupos pequenos. O Sr. João Baraldi anunciou a participação do Eng. Agr. André Barreto (CATI - Nova Odessa) como novo indicado pela CT-Rural no lugar da Alexandra Martins (Sindicato Rural de Itu). Passam a fazer parte do GT-Mananciais os representantes do Consórcio PCJ, Guilherme A. Valarini e da coordenadora adjunta da CT-EA Ana Lúcia

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 19ª Reunião Ordinária - 09/02/2018 – 9-13 h

*Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios PCJ – Americana - SP*

F. R. Vieira (SANASA). A CT-EA tem papel importante nas discussões sobre a implantação de Programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), fortalecimento (capacitação e motivação) de Conselhos Municipais e elaboração de Projetos de Sustentabilidade para perenidade das intervenções realizadas nos Programas I e II. A presença do Guilherme se dá pela importância do Consórcio PCJ no gerenciamento dos recursos hídricos e do fortalecimento dos consórcios intermunicipais, além do projeto para revitalização da sub-bacia do Ribeirão Quilombo, que poderá ser facilitado pela Política de Mananciais. O secretário também disse que providenciaria a atualização do whatsapp do GT-Mananciais para melhorar a comunicação dentro do grupo. Comunicou a disponibilização de documentos referentes a APRM do Bom Jardim e do TR para elaboração do PDPA dessa bacia. Comunicou também o recebimento e o envio aos membros do GT de documento sobre a APRM de Limeira. **4. Situação Hídrica de Cordeirópolis - Projeto Refloresta - Fábio Luiz Cassiano (PM de Cordeirópolis) - (item 4 da pauta):** O Sr. Fábio fez uma explanação geral sobre a situação hídrica do município de Cordeirópolis em decorrência do descumprimento da decisão judicial (Instalação da ETE) nos anos 2013/2016, que gerou uma multa diária de R\$ 20.000,00, totalizando cerca de 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões). Esse valor monetário foi transformado em compensação ambiental, incluindo: Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Córrego Santa Gertrudes e sub-bacia do afluente do Córrego das Amoreiras – **R\$ 4.485.421,28**; Projeto de Combate a perdas de águas com fornecimento e instalação de macro medidores de vazão, sistema de monitoramento, via telemetria – **R\$ 1.275.525,15**; Estação de tratamento de Água – **R\$ 11.703.317,56**; Galerias de águas pluviais do bairro Santa Luzia – **R\$ 250.521,31**; Reservatório de águas para abastecimento público do bairro Jardim Lise – **R\$ 149.754,91**; Obras da Rede de Abastecimento de água bruta Ibicaba – **R\$ 510.473,98**. A compensação ambiental inclui o funcionamento da ETE e a recuperação das nascentes da Bacia do Ribeirão Tatu. O Plano de Recuperação Florestal incluiu a contratação da empresa para levantamento das nascentes (IRRIGART); a identificação de 56 nascentes do ribeirão Tatu (15 como prioritárias) e a apresentação do Plano Diretor pela IRRIGART conforme carta do IGC 1979. Os problemas enfrentados foram com relação à metodologia utilizada conforme o TR executado pela IRRIGART que não trazia dados suficientes para identificação exata das nascentes (IGC 1979) e uma suposta falta de verificação “*in loco*”. Para enfrentar os problemas detectados a Prefeitura Municipal

criou o Programa “REFLORESTA CORDEIRÓPOLIS”; reuniões periódicas com as empresas privadas para recuperação das nascentes; identificação dos proprietários das nascentes e assinatura do Termo de Anuência com os produtores interessados. Como resultado quatro nascentes foram recuperadas em 2017, sendo que a prefeitura iniciou a recuperação das nascentes antes da assinatura do acordo. São parceiros do projeto os Comitês de Bacias PCJ, a CATI, o ITESP, o IAC e a Prefeitura de Limeira. Estão previstos dentro desse programa a reativação do COMDEMA; a criação do Fundo de Meio Ambiente; a implantação do “selo de responsabilidade ambiental” e o PSA. Os recursos têm sido obtidos através da doação de mudas PCJ – programa Microbacias; do Programa Nascentes – ONG Iniciativa Verde (SP); de TCRA's e do Fundo de Interesse Difuso (FID) – Ministério Público. A Usina Iracema, que após analisar o PDRF, verificou que já possui um programa anual de recuperação de APPs, e assim, incluiu as nascentes que ficam em Cordeirópolis, assumindo sua recuperação dentro do prazo estipulado. Com a Usina São João não foi possível firmar uma parceria entre Prefeitura/Empresa, ficando acertado que o GAEMA tomaria as medidas judiciais cabíveis. **5. Programa III APRM - (item 5 da pauta):** O secretário João Demarchi fez alguns comentários sobre uma possível estratégia para andamento das discussões referentes ao Programa III da Política de Mananciais, reiterando que o assunto requer uma análise mais profunda por parte dos membros do GT-Mananciais, entendendo que será necessário uma maior aproximação com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente para identificar os especialistas e fazermos uma reunião extraordinária para discussão deste item de pauta. Entende que os municípios precisam legislar mais sobre o seu território, partindo dele as primeiras ações visando a proteção de suas áreas prioritárias para depois pensar em proteção de áreas regionais. Pode ser até necessário repensar a nomenclatura desse programa para áreas protegidas e não necessariamente APRM. O subgrupo foi formado com a Sra. Cláudia (INEVAT), Profª. Luiza (PUC Campinas); Luiz Sertório (Fundação Florestal), João Demarchi (IZ/APTA/SAA) e a Srta. Maria Eugênia (Agência de Bacias PCJ), que deverá estabelecer o seu cronograma de trabalho envolvendo as discussões acima bem como a execução do TR-PDPA do Bom Jardim. Como ação estratégica também cabe um levantamento das “APRM municipais”, verificar implantação de APRM nos novos reservatórios previstos, a sobreposição com outros instrumentos de proteção como as APAS e interagir com o GT-Rede de Áreas Protegidas. **6. Agendamento e Programação do 1º Workshop da Política**

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

## CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 19ª Reunião Ordinária - 09/02/2018 – 9-13 h

*Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios PCJ – Americana - SP*

**de Mananciais - (item 3 da pauta):** A Agência de Bacias PCJ enviou a todos os membros uma minuta do Plano de Evento para realização do Workshop ou Oficina do Edital 2018 da Política de Mananciais para os Programas I e II para que fosse analisado e subsidiasse as discussões deste item de pauta. A 20ª Reunião Ordinária do GT-Mananciais será transformada na 1ª Oficina ou Workshop da Política de Mananciais com o objetivo de reunir os interessados em apresentar projetos de recuperação ambiental/florestal e PSA - Pagamento por Serviços Ambientais; apresentar a Política de Mananciais PCJ aos interessados com o contexto necessário para o Edital 2018; apresentar o Edital 2018; esclarecer dúvidas do Edital 2018 e apresentar as experiências dos projetos e ações em andamento. Também acordou-se que no período da tarde seria realizada uma mesa redonda com convidados que pudessem analisar criticamente a Política de Mananciais e o Edital 2018 e contribuir para possíveis melhorias nas próximas atualizações. O evento está programado para o dia 09 de março das 8 as 17 h com previsão de aproximadamente 100 pessoas presentes. Será realizado nas dependências da PUC Campinas, Campus I. O Edital da Política estará aberto do dia 05 de março até o dia 30 de maio, sendo interessante a avaliação da realização de uma segunda oficina ou workshop no dia 11 de maio (22ª Reunião Ordinária do GT-Mananciais). O subgrupo determinado para a coordenação deste evento inclui os técnicos da Agência de Bacias PCJ, João Demarchi, Luiza Ishikawa e os técnicos da CATI Denis Silva e André Barreto. O evento terá uma abertura, apresentação da Política de Mananciais (João Demarchi) e do Edital 2018 (diretoria da Agência de Bacias PCJ), vídeos e imagens das iniciativas em andamento (Agência de Bacias) e subdivisão dos municípios em grupos menores para facilitar as discussões das dúvidas que possam surgir pelos interessados. No período da tarde seria realizada a mesa redonda mais focada no GT-Mananciais, Agência de Bacias PCJ e convidados especiais. A Profª Luiza sugeriu que fosse apresentado no hall de entrada uma maquete didática sobre bacias hidrográficas e mananciais pertencentes a Jaguatibaia (ONG de Campinas), que tem como diretor responsável o Eng. Agr. José Carlos Perdigão. O evento sobre o Edital 2018 deve ser realizado devido à necessidade de esclarecimentos de eventuais dúvidas sobre as suas regras aos interessados, evitando possíveis erros, problemas de interpretação, perdas de prazos bem como as respectivas devoluções; e, assim promover a qualidade dos projetos a serem protocolados junto à Agência das Bacias PCJ. **7. Outros Assuntos e Palavra aberta e discussão (Item 6 da pauta):** Neste item de pauta nada foi

apresentando e ou discutido. **8. Encerramento (item 7 da pauta):** Nada mais havendo a tratar, o coordenador do GT-Mananciais Sr. João Baraldi e o secretário João Demarchi, agradeceram a presença de todos e desejaram um bom retorno a todos.

---

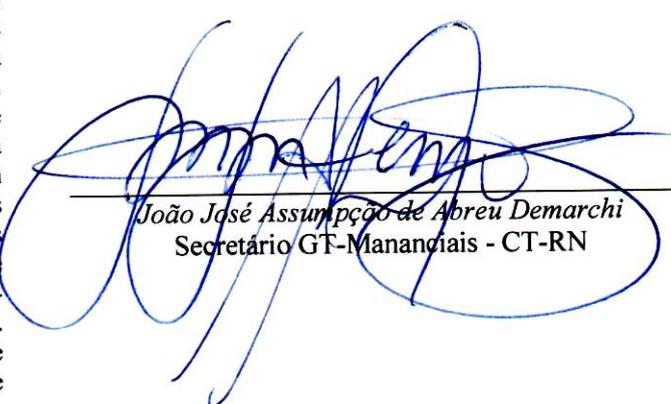
João Primo Baraldi

Coordenador do GT-Mananciais - CT-RURAL

---

Henrique Bellinaso

Coordenador Adjunto do GT-Mananciais - CT-RN



---

João José Assumpção de Abreu Demarchi  
Secretário GT-Mananciais - CT-RN